

Impairment Test: um estudo sobre o reconhecimento da perda sob a influência do gerenciamento de resultados e mudança das firmas de auditoria

Ana Clara Fonseca do Amaral (FUCAPE) - anaclara86fonseca@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho teve por objetivo identificar os fatores responsáveis pela decisão de uma empresa brasileira em reconhecer a perda por impairment, testando especificadamente fatores relacionados à performance e à auditoria. Ambas as literaturas (nacional e internacional) têm mostrado indícios de que o gerenciamento de resultados, e a mudança de firmas de auditoria independentes, poderiam ser uma possibilidade de reconhecimento de estes fatos promoverem perda por ativo recuperável. Sendo assim, para esta pesquisa, foi realizada a coleta de dados de empresas listadas no mercado de capital aberto brasileiro no período de 2010 a 2015. Para tanto, foi desenvolvido um modelo econométrico cuja variável dependente foi o reconhecimento da perda por impairment, num modelo logit, seguido das variáveis independentes e das de controle, cujo resultado obtido foi que a prática do Big Bath influencia no reconhecimento de perda por impairment conforme apontado pela literatura por Rield (2004), Damasceno e Funchal (2015) e Vogt et al. (2016). Quando as empresas têm prejuízo elas reconhecem a perda pelo teste de recuperabilidade dos ativos, aumentando o valor deste prejuízo.

Palavras-chave: *Impairment Test. Gerenciamento de Resultados. Auditoria.*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Impairment Test: um estudo sobre o reconhecimento da perda sob a influência do gerenciamento de resultados e mudança das firmas de auditoria

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo identificar os fatores responsáveis pela decisão de uma empresa brasileira em reconhecer a perda por *impairment*, testando especificadamente fatores relacionados à performance e à auditoria. Ambas as literaturas (nacional e internacional) têm mostrado indícios de que o gerenciamento de resultados, e a mudança de firmas de auditoria independentes, poderiam ser uma possibilidade de reconhecimento de estes fatos promoverem perda por ativo recuperável. Sendo assim, para esta pesquisa, foi realizada a coleta de dados de empresas listadas no mercado de capital aberto brasileiro no período de 2010 a 2015. Para tanto, foi desenvolvido um modelo econométrico cuja variável dependente foi o reconhecimento da perda por *impairment*, num modelo *logit*, seguido das variáveis independentes e das de controle, cujo resultado obtido foi que a prática do *Big Bath* influencia no reconhecimento de perda por *impairment* conforme apontado pela literatura por Rield (2004), Damasceno e Funchal (2015) e Vogt et al. (2016). Quando as empresas têm prejuízo elas reconhecem a perda pelo teste de recuperabilidade dos ativos, aumentando o valor deste prejuízo.

Palavras-chave: *Impairment Test*. Gerenciamento de Resultados. Auditoria.

Área Temática: Custos como Ferramenta para o Planejamento, Controle e Apoio a Decisões

1 INTRODUÇÃO

Após alteração da lei nº 6.404/76 que trata sobre a contabilidade através da implantação da *International Financial Reporting Standards (IFRS)* para Lei nº 11.638/2007, o uso dessas normas internacionais passou a ser obrigatória nas sociedades anônimas a partir de 2010. De acordo com Silva et al. (2012) as regulamentações serviram para harmonizar a contabilidade e a estrutura conceitual internacional. Dessa forma, buscou-se minimizar conflitos com intuito de melhorar a comparabilidade financeira dos diferentes países.

No Brasil a conversão das normas de contabilidade às normas internacionais (*IFRS*) ocorreu por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Não obstante dentre as novas normas que surgiram por meio dos CPC's, este estudo recairá sobre o CPC 01 (R1), que é uma tradução da IAS (*International Account Standards*) 36, no qual se trata sobre a recuperabilidade de ativos.

O CPC 01 (R1) surgiu com o intuito de evidenciar que um ativo não pode ser apresentado com valor superior à sua capacidade de geração de benefícios futuros. Por isso, a partir da criação deste CPC é possível compreender o sentido da existência do teste de recuperabilidade.

Questões relacionadas ao *impairment test*, vêm sendo discutidas na literatura acadêmica nos últimos anos por estudos tais como o de Santos, Santos e Silva (2011) que trataram sobre o *impairment* em atividades de exploração e produção de petróleo. Enquanto Tavares et al. (2010) Ponte et al. (2012) Machado et al. (2013) e Mazzioni et al. (2014) Uliano, Doná e Gonçalves (2014) Souza et al. (2015) realizaram pesquisas sobre a forma de *disclosure* que a companhias brasileiras estavam promovendo em ativos recuperáveis no mercado acionário. Damasceno e Funchal (2015) realizaram um estudo sobre a assimetria informacional com relação ao *impairment test*. Autores como: Rield (2004); Chen, Wang e Zhao (2009); Hilton e O'Brien (2009); Renekamp, Rugar e Seybert (2015); Duh, Lee e Lin (2009) e Trottier (2013)

elaboraram suas pesquisas sobre a reversão do *impairment test* em função do gerenciamento de resultados.

De acordo com os estudos dos autores citados acima percebeu-se que não foi analisado o reconhecimento da perda por *impairment test* em função da performance e da auditoria no que tange o gerenciamento de resultados, ou seja, se a performance da empresa e questões relacionadas com a firma de auditoria influenciam no reconhecimento da perda por recuperabilidade de ativos. Portanto, diante desta constatação surge a lacuna a ser preenchida nesta pesquisa.

Para Trottier (2013) os estudos acadêmicos têm assumido com frequência que quando as normas contábeis oferecem aos gerentes mais flexibilidade, os mesmos usam isso como vantagem pessoal. Uma extensa literatura sobre o *impairment* encontra uma associação entre os incentivos gerenciais e padrões ou tamanho da irreversibilidade da perda por *impairment*. Um exemplo é caso da Petrobrás que em 2015 e 2016 divulgou crescentes perdas por *impairment*, ajudando a explicar a relevância de tais perdas para o mercado, as quais podem afetar de modo significativo tanto o resultado como o patrimônio das empresas, bem como as projeções de fluxos de caixa futuros (VOGT et al., 2016).

O reconhecimento das perdas por *impairment*, provavelmente, estaria associado às práticas de gerenciamento de resultado para reduzir o lucro da empresa. Grecco (2013) cita que o processo de elaboração das demonstrações contábeis por parte dos gestores afeta diretamente o valor contábil. A manipulação de forma intencional nos resultados contábeis é conhecida como gerenciamento de resultados.

Alves (2013) constatou, num período de 6 anos, que 33 empresas portuguesas usaram do *impairment goodwill* como uma forma de gerenciamento de resultados. Sendo assim, o reconhecimento da perda por *impairment test* pode ser usado como uma ferramenta para mensurar a performance da empresa.

Lennox, Wu e Zhang (2016) examinaram o impacto dos ajustes da auditoria sobre o lucro usando a base de dados do Ministério das Finanças da China. Dessa forma, chegaram à conclusão, dentro do contexto chinês, de que num ambiente de maior monitoramento as firmas de auditoria podem influenciar no *impairment test*.

Após apresentar a lacuna, este trabalho acadêmico pretende responder a seguinte pergunta problema sobre o teste de recuperabilidade de ativos: quais são os determinantes responsáveis por influenciar as empresas a reconhecerem a perda por *impairment*?

O objetivo desta pesquisa é identificar os fatores responsáveis pela decisão de uma empresa brasileira reconhecer a perda por *impairment*. Para fins desta pesquisa, serão testados especificadamente fatores relacionados à performance e à auditoria.

Deste modo, o presente estudo contribui tanto, para que os *stakeholders*, quanto para que os *shareholders* possam entender quais os determinantes para o reconhecimento de perdas por *impairment*, uma vez que isto afeta diretamente o lucro contábil da companhia, caso a recuperabilidade dos ativos seja reconhecida no determinado exercício.

Para a área acadêmica, este trabalho se torna importante ao fornecer informações relatando que o *impairment test* pode ser usado não só por determinações legais, mas por incentivos do gerenciamento de resultados, ou seja, em benefício da própria entidade que o realiza. Sendo assim, poderá ser aprimorado em pesquisas futuras, trazendo novas discussões para literatura, corroborando para o avanço do tema.

A presente pesquisa está dividida em cinco partes: inicialmente foram abordados aspectos introdutórios, na segunda parte a fundamentação teórica, na terceira parte a metodologia utilizada nesta pesquisa, quarta parte análise dos resultados e na quinta parte a conclusão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESTUDOS SOBRE *IMPAIRMENT*

Santos, Santos e Silva (2011) realizaram uma pesquisa sobre reconhecimento de perdas para redução do valor recuperável de ativos em exploração e produção (E&P) de petróleo, cujo objetivo era analisar como as informações de E&P se relacionam com as perdas constituídas por desvalorização econômica dos ativos de E&P (*impairment*). Por meio de um estudo teórico empírico, contendo 212 observações de 53 empresas petrolíferas do período de 2005 a 2008, identificaram seis variáveis com valor preditivo determinante ao reconhecimento de perdas por *impairment* de ativos da exploração e produção, nível de significância de 5%.

Ponte et al. (2012) pesquisaram sobre o nível da prática de divulgação do *impairment test*. Foi constatado por meio da análise de notas explicativas que nenhuma organização de capital aberto atingiu o nível de conformidade plena no primeiro ano de adoção do CPC 01.

Foram feitas pesquisas semelhantes sobre a evidenciação, ou seja, o *disclosure* do *impairment test* com relação às empresas listadas no mercado acionário brasileiro. De acordo com as pesquisas, constatou-se a existência de níveis diferenciados de *disclosure* de informações sobre o teste de *impairment*. (MACHADO et al., 2013; MAZZIONI et al., 2014)

Os autores Uliano, Doná e Gonçalves (2014) pesquisaram se as companhias do IBrX-50 cumprem as orientações de *disclosure* da perda por *impairment* aplicada ao imobilizado em conformidade com o CPC 01 (R1) e chegaram à seguinte conclusão: dentre as 48 empresas pesquisadas 10 alegaram reconhecimento por perda. Brasken e Petrobrás S/A foram as que mais produziram informações além do exigido e Itaú Unibanco Holding foi a que menos atendeu requisitos obrigatórios, em 24 empresas não houve a necessidade de reconhecimento ou redução de perda e 14 empresas não expressaram de forma clara em suas notas explicativas se houve ou não reconhecimento ou reversão de perda.

Na literatura nacional, destacam-se as pesquisas de Tavares et al. (2010), pois entre as demais, foi a que citou sobre o gerenciamento de resultados, chegando à conclusão de que o incentivo de gerenciamento de resultados nos anos de prejuízo é mais forte do que nos anos de lucro e que a diferença é significativa. Assim como Souza et al. (2015) encontraram o seguinte resultado: em anos de crise econômica as empresas tendem a reconhecer mais perdas no valor recuperável de ativos.

Damasceno e Funchal (2015) descobriram que quando o gerente está autorizado a fazer a reversão do *impairment test*, o mesmo está disposto a gerar o prejuízo em primeiro lugar, pois dessa forma tem-se uma redução da assimetria informacional e a criação de um ambiente mais confortável para o credor devido a uma maior probabilidade de o gestor reconhecer a perda por *impairment*, o que desencadeia um valor esperado maior do ativo usado como garantia.

Em nível de pesquisas internacionais, autores tais como: Chen, Wang e Zhao (2009); Renekamp, Rugar e Seybert (2015); Hilton e O'Brien (2009) citam o *impairment test* usado para fins de gerenciamento de resultados, afirmar que as decisões de recuperação de ativos e de investimentos envolvem considerável margem de manobra de gerenciamento de resultados. Segundo eles, o que leva uma empresa relatar reversões de *impairment* é em relação sobre o impacto dessas reversões na qualidade dos relatórios financeiros.

Duh, Lee e Lin (2009) mostraram, por meio de um estudo empírico, que as empresas que reconhecem mais perdas por *impairment* são mais propensas às reversões de perdas por desvalorização, pois, ao fazer isso, evita-se um declínio nos lucros.

No estudo acima, foi revelado, também, que tal comportamento optado (pela reversão) é mais pronunciado por empresas com maiores índices de endividamentos, devido ao gerenciamento de resultados estar associado ao incentivo de evitar a violação das dívidas de convênios. Todavia, um mecanismo eficaz de governança corporativa poderia mitigar esse comportamento.

Por fim, Trottier (2013) realizou um estudo empírico com dados de 118 gerentes canadenses cujos resultados revelaram que os gerentes são mais propensos a registrar prejuízos que podem ser revertidos se o valor do ativo for recuperável.

2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) cita o gerenciamento de resultados como sendo o julgamento arbitrário na divulgação de resultados com o objetivo de manipular os números apresentados, sem violar os limites prescritos pela legislação contábil e fiscal.

Conforme citam Klann e Beuren (2012); Tonin e Colauto (2015); Nardi et al. (2009) o gerenciamento de resultados menciona sobre as manipulações das informações contábeis realizadas pelos gestores com o fim de obterem benefícios individuais, ou para que a organização demonstre uma situação econômica mais favorável a seus *stakeholders*.

Segundo Martinez (2013) no Brasil, a expansão da literatura de gerenciamento de resultados não é diferente daquela verificada internacionalmente.

Martinez (2001) classificou a existência de três tipos de gerenciamento de resultados contábeis: *target earnings*, que é o gerenciamento para melhorar ou piorar os resultados contábeis na finalidade de alcançar metas estabelecidas; *income smoothing*, ou seja, suavização do lucro, que é o gerenciamento que visa à redução da variabilidade de resultados e o *take bath accounting* ou *big bath*, que é o gerenciamento a fim de se reduzir os resultados contábeis, com o propósito de aumentar os resultados futuros.

Se as notícias sobre a economia são negativas, os gestores têm incentivos para baixar os lucros em seus relatórios pela maior quantidade, preferindo realizar um “*big bath*” no período corrente ao invés de reduzir com precisão os lucros inferidos. (ABUGHAZALEH; AL-HARES; ROBERTS, 2011)

Pesquisas como a de Zucca e Campbell (1992) constataram a presença das práticas do *big bath* das empresas nos anos em que os resultados do exercício eram deficitários antes do reconhecimento da perda por *impairment* ser inferior ao esperado, ou seja, reconhecem posteriormente a perda com intuito de aumentar o prejuízo.

Rield (2004) demonstrou também uma relação entre o *big bath* e o reconhecimento de perdas por *impairment*, ou seja, por meio do uso do *big bath*, percebeu-se que os comportamentos mais prováveis são de os gestores gerarem relatórios oportunistas em vez do fornecimento da informação privada.

Ao tratar sobre o *take bath accounting*, os autores Damasceno e Funchal (2015) reforçam a questão de que quando se tem prejuízo, publicam o *impairment* com intuito de piorar ainda mais o resultado, a exemplo do que foi pela Petrobrás S/A em 2015, nas demonstrações financeiras publicadas. Contudo, o foco da pesquisa destes autores foi à relação dessa prática com a assimetria informacional.

Um número de estudos tem indicado que decisões sobre o *impairment goodwill* abaixo das SFAS nº 142 têm sido usados para praticar o gerenciamento de resultados *big bath*, ou *take bath accounting*. (JORDAN; CLARK, 2015)

O parágrafo anterior pode ser reforçado por meio da pesquisa realizada pelos mesmos autores, porém em período diferente, ou seja, no ano de 2004, que determinou a perda por *impairment no Goodwill*, reconhecidas na SFAS nº 142 resultantes do *take bath accounting* ao que se refere o gerenciamento de resultados.

Para a concretização do estudo de Jordan e Clark (2004) foram coletados dados de 100 empresas no período de 2001 a 2002. A conclusão que eles chegaram foi que em 2002 das 100 companhias examinadas, 29 publicaram perda por *impairment*, além de verificarem a questão da lucratividade com a realização ou não do *impairment test*, nos quais constataram fortemente a presença do *big bath* nas empresas em 2002.

Portanto, a partir do conceito sobre *take bath accounting* no qual as empresas que já registraram o prejuízo contábil no exercício corrente, mesmo antes de publicar a perda pelo teste de recuperabilidade de ativos, ou seja, fazem o uso Big Bath por meio do impairment test para aumentar ainda mais o prejuízo da empresa no exercício, formulou-se a seguinte hipótese:

H1 as empresas com prejuízo têm maior probabilidade de reconhecer a perda por *impairment*.

2.3 MUDANÇA DAS FIRMAS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

A necessidade de auditoria nasceu devido à existência de custos de contratação. Quando um contrato explícito é exaustivamente especificado e perfeitamente executado torna-se dispendioso negociar ou executar, há potenciais conflitos de interesse entre gestores e investidores externos, e serviços de auditoria são indispensáveis como instrumento perfeito de monitoramento. (BRITO; PERES, 2006)

Santos et al. (2009) afirmam que são diversos os instrumentos de controle, que são adotados pela Lei das Sociedades Anônimas Brasileira e a CVM (Comissão de Valores Mobiliários) como forma de proteção ao investidor. Sendo que, um desses instrumentos é a auditoria independente, cuja atividade tem o objetivo de emitir um parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas abertas, expressando uma opinião sobre a qualidade destas demonstrações.

As grandes empresas de auditoria podem tentar melhorar a qualidade dos relatórios anuais permitindo que o cliente divulgue mais informações. (ARCHAMBAULT; ARCHAMBAULT, 2003).

O Brasil é um dos poucos países em que o rodízio de auditores é obrigatório para as companhias abertas (AZEVEDO; COSTA, 2012). Dessa forma, as companhias de sociedade anônimas (capital aberto) são determinadas a contratar um auditor independente, realizando um rodízio entre as firmas de auditoria. Esse rodízio é justificado pela CVM cuja alegação é de que, quando um auditor trabalha por muito tempo na mesma organização, é natural ocorrer uma acomodação.

De acordo com Silva e Bezerra (2010), acredita-se que o rodízio da firma de auditoria contribui para o aumento da independência entre o relacionamento do auditor e do cliente, que pode se desgastar com o tempo. Logo, por serem firmas independentes, as organizações não precisam renovar o contrato havendo maior rotatividade na prestação de serviços por parte dessas firmas.

Oliveira e Santos (2007) afirmam que algumas empresas consideraram os benefícios da mudança de auditores externos como uma forma de buscar mais valor do que foco em seus custos. Foi constatado, também, que existe uma frequência elevada de pareceres qualificados, com ressalvas a partir do terceiro ano de relacionamento, quando se presume que as firmas de auditoria adquirem um conhecimento profundo a respeito da entidade auditada. Nagy (2005) averiguou que evidências de que longos períodos de relacionamento entre o auditor independente e as instituições não estão associados à diminuição da qualidade de auditoria, mas certamente com a melhora dela.

Em contrapartida, Azevedo e Costa (2012) citam que, para os defensores do rodízio, além do ganho da independência, os auditores tendem a ser mais displicentes quando auditam a mesma empresa por vários anos, aumentando assim o risco de falha e reduzindo a qualidade da auditoria. Também, segundo Nagy (2005) os defensores do rodízio compulsório das firmas de auditoria alegam que o novo auditor tem mais receio com as demonstrações contábeis que lhes são transmitidas, realizando o seu trabalho com nova perspectiva.

Embora Trottier (2013) tenha afirmado que a avaliação do gestor sobre o *impairment test* seja subjetiva e não verificável em relação à sua decisão de reconhecer ou não reconhecer a perda por *impairment* é improvável de ser questionado pelo auditor. Com o objetivo de iniciar

e concluir a auditoria da empresa de forma não ter críticas e problemas futuros em relação a mudança das firmas pelos novos auditores (nova firma de auditoria) pois, para Nagy (2005) as evidências de que longos períodos de relacionamento entre o auditor independente e as instituições não estão associados à diminuição da qualidade de auditoria, mas certamente com a melhora dela surge as seguintes hipóteses:

H2 a o reconhecimento da perda por *impairment* acontece no primeiro ano de contrato entre a empresa auditada e a firma de auditoria.

H2 b o reconhecimento da perda por *impairment* acontece no último ano de contrato entre a empresa auditada e a firma de auditoria.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram consideradas empresas de capital aberto listadas no mercado acionário brasileiro no período de 2010 a 2015 quando se iniciou a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, por meio da Lei 11.638/07 e também devido a edição da instrução normativa editada pela CVM nº 485 que alterou a instrução CVM nº 457, cujo objetivo desta alteração é estabelecer que as demonstrações contábeis consolidadas a serem apresentadas sejam elaboradas a partir de 2010 em *IFRS* com base no CPC (Comitê de Pronunciamento Contábeis) .

Dessa forma, apresenta-se abaixo o modelo de regressão desta pesquisa:

$$\begin{aligned} Perda_i = & \beta_0 + \beta_1 Big Bath_i + \beta_2 Pri_Aud_i + \beta_3 Ult_aud_i + \beta_4 Big Four_i \\ & + \beta_5 Ln AT_i + \beta_6 End_i + \beta_7 PIB_i + \beta_8 ROA_i + \beta_{9t} DummyAno_i \\ & + \beta_{10k} DummySetor_i + \varepsilon_i; \end{aligned}$$

Em que:

$Perda_i$ = Reconhecimento da perda por *impairment* da empresa i ;

$Big Bath_i$ = Variável indicadora que assume valor 1 (um) se houve prejuízo somado com a publicação da perda pelo teste de recuperabilidade de ativos da empresa i , e 0 (zero) caso contrário;

Pri_Aud_i = Variável indicadora que assume valor 1 (um) quando foi o primeiro ano da prestação de serviço da firma de auditoria da empresa i , e 0 (zero) se ocorreu o contrário;

Ult_Aud_{it} = Variável indicadora que assume valor 1 (um) quando foi o último ano da prestação de serviço da firma de auditoria da empresa i , e 0 (zero) se ocorreu o contrário;

$BigFour_i$ = variável indicadora que assume valor igual a 1 (um) quando a empresa foi auditada por uma *Big Four* e 0 (zero) caso contrário;

$lnativo_i$ = Logaritmo do total de ativos da empresa i ;

End_i = Grau de endividamento (passivo total dividido pelo patrimônio líquido) da empresa i ;

PIB_i = Variação do PIB;

ROA_i = Lucro ajustado (somatório do prejuízo com o reconhecimento de perda por ativo recuperável) dividido pelo total de ativos da empresa i no ano t ;

$DummyAno_i$ = Variável indicadora que assume valor 1 (um) se a informação da empresa i é do ano t e valor 0 (zero) demais anos;

$DummySetor_{itk}$ = Variável indicadora que assume valor 1 (um) se empresa i é do setor k e valor 0 (zero) demais setores;

ε_{it} = Erro aleatório

3.1 VARIÁVEL DEPENDENTE

Para obtenção dos dados da variável dependente, foram realizadas coletas no site da CVM em Dados Econômicos Anuais das Demonstrações Contábeis, no qual foi verificado se houve reconhecimento de perda por *impairment* ou se foi apenas uma reversão da perda.

O modelo de regressão econométrico utilizado foi o *LOGIT*, em função do objetivo de mensurar apenas se houve reconhecimento da perda por *impairment* ou se ocorreu o contrário. Dessa forma, o *impairment test* é considerado a variável dependente binária.

3.2 VARIÁVEIS INDEPENDENTES

A seguir consta o quadro sobre as variáveis independentes, no qual está descrito a nomenclatura que das hipóteses conforme equação acima e a forma que foi realizada a coleta de dados.

Quadro 1 – Variáveis Independentes

Hipóteses	Nomenclatura	Coleta de dados
H1	<i>Big Bath</i>	Foi mensurado por meio da coleta de dados do lucro líquido da empresa com seus reajustes, ou seja, a soma do prejuízo líquido mais o reconhecimento da perda por <i>impairment</i> . Dessa forma gerou-se um lucro ajustado com uma variável <i>dummy</i> que indica prejuízo igual a 1 (um) se o lucro ajustado for menor do que zero e 0 (zero) o contrário.
H2a	Pri_Aud (Primeiro ano da firma de auditoria)	Foi realizada também por meio dos dados econômicos financeiros das empresas, publicados anualmente, verificando o nome da firma de auditoria que prestou seus serviços naquele ano no qual usou-se de uma variável <i>dummy</i> , que indica 1(um) se a empresa sofreu mudança no primeiro e último ano de auditoria e 0 (zero) o contrário.
H2b	Últ_Aud (Último ano da firma de auditoria)	

Fonte: Elaborada pela autora

3.3 VARIÁVEIS DE CONTROLES

Baseado em estudos anteriores, foi desenvolvido o quadro abaixo que descrevem sobre as variáveis de controle e o objetivo de utilizá-las nesta pesquisa.

Quadro 2 – Variáveis de Controle

Variável	Descrição	Referência
Big Four	Uma empresa, ao contratar alguma <i>Big Four</i> , sinaliza ao mercado que sua contabilidade será colocada à experiência de auditores treinados em grandes corporações, podendo aumentar a reputação da mesma. Desta forma, os executivos serão melhor avaliados em suas decisões contábeis, o que poderá mitigar práticas de <i>earnings management</i> . Portanto, a variável que trata sobre a <i>Big Four</i> foi pesquisada com o intuito de saber se as empresas de auditoria pertencentes a esse grupo, quando em função de exercer a prestação de serviço, têm maior quantidade de reconhecimento de perdas por <i>impairment</i> em relação às firmas de auditoria que não são pertencentes a este grupo, devido à <i>expertise</i> . Para a coleta de empresas que foram auditadas por <i>Big Four</i> foi coletado também, por meio das demonstrações contábeis, o nome da firma de auditoria que auditou naquele ano.	Stigler (1961)

Ln AT	Quanto ao ativo total da companhia, foi com o intuito de verificar quais são os portes das empresas que publicam a perda por <i>impairment</i> , calculado por um logaritmo natural.	
End	A variável grau de endividamento foi mensurada pelo capital de terceiros fracionada pelo patrimônio líquido de cada empresa no período anual. Companhias com nível de endividamento elevado tendem a escolher contábeis que maximizem seus resultados. Pode-se supor que as empresas alavancadas são mais propensas a subestimar a perda por <i>impairment</i> , principalmente se seu nível de endividamento for limitado por cláusulas restritivas, os chamados <i>covenants</i> contratuais.	Watts e Zimmerman (1986) Abughazaleh, Al-Hares Roberts (2011); Zang (2008) e Vogt et al. (2016)
PIB	A variação do PIB teve intuito de constatar se em anos que houve queda na economia o reconhecimento de perda por <i>impairment</i> era maior em relação aos anos de superávit, ou seja, se houve diferença negativa nesta variação em relação ao ano anterior, e se teve como resultante o reconhecimento de perda por <i>impairment</i> das empresas.	IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
ROA	Foi calculada pela soma do Prejuízo Líquido com o reconhecimento de perda por <i>impairment</i> dividida pelo total de ativos da empresa com intuito de averiguar a questão da influência da performance sobre o teste de recuperabilidade de ativos.	Tavares et al (2014)

Fonte: Elaborado pela autora

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Abaixo são apresentados os resultados do presente estudo. Na Tabela 1, caracteriza a amostra por meio da estatística descritiva – medidas de posição e dispersão. Em seguida, na Tabela 2 apresenta os coeficientes de correlação de *Spearman* entre os pares de variáveis, e por fim, na Tabela 3 os resultados do modelo de regressão logística, quando variável dependente assume valores binário, neste caso, se a empresa reconheceu perda ou não. A amostra total contempla 2005 observações entre anos 2010 a 2015.

Por meio da Tabela 1, é possível analisar que a variável Perda apresentou uma média 0,046, ou seja, 4,6% da amostra reconheceram a perda por *impairment*, enquanto 2% da amostra realizou a prática do *Big Bath* com um desvio padrão de 0,140. No que se refere as *dummy's* primeira e última auditoria, nota-se que 31,9% da amostra teve mudança de empresa de auditoria no primeiro ano e 19,2% a mudança ocorreu no último ano.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas: Medidas resumo das variáveis

Variáveis	Média	Desvio padrão	Mínimo	Percentil 25	Mediana	Percentil 75	Máximo
Perda	0,046	0,209	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000
Bigbath	0,020	0,140	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000
dummypri_aud	0,319	0,466	0,000	0,000	0,000	1,000	1,000
dummyult_aud	0,192	0,394	0,000	0,000	0,000	0,000	1,000
Bigfour	0,676	0,468	0,000	0,000	1,000	1,000	1,000
lnativo	13,644	3,062	-0,405	12,498	14,226	15,514	20,618
end	1,503	6,023	-64,541	0,342	1,068	1,987	94,123
varpib	2,120	3,432	-3,769	0,504	1,921	3,974	7,528
roa	-0,490	8,147	-314,763	-0,026	0,025	0,068	76,912

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota: Esta Tabela contém os resultados da estatística descritiva para as variáveis: $Perda_{it}$ = Reconhecimento da perda por *impairment* da empresa *i* no ano *t*; $Big\ Bath_i$ = Variável indicadora que assume valor 1 (um) se houve prejuízo da empresa *i*, e 0 (zero) caso contrário; $BigFour_i$ = variável indicadora que assume valor igual a 1 (um) quando a empresa foi auditada por uma Big Four e 0 (zero) caso contrário; $ln(Ativo\ Total)_i$ = Logaritmo do total de ativos da empresa *i*; End_i = Grau de endividamento (passivo total dividido pelo patrimônio líquido) da empresa

i ; ROA_i = Lucro ajustado (somatório do lucro líquido/prejuízo com o reconhecimento de perda por ativo recuperável) dividido pelo total de ativos da empresa i no ano t ;

Já a variável *Big Four* indicou uma média de 0,676, ou seja, 67,6% das empresas que constituem a amostra contrataram serviços de auditoria independentes das firmas. Das demais variáveis, chama-se atenção para o “end” e “roa”, ambas exibiram desvio padrão muito alto, que significa que a amostra é bastante heterogênea no que diz respeito a esses indicadores.

A Tabela 2 expõe os pares de correlação dos indicadores delineados neste estudo. O coeficiente de correlação admiti valores entre -1 e +1, mede a força de associação linear entre duas variáveis, valores próximos de menos um (-1) indica correlação negativa e próximo de mais um (+1) indica correlação positiva (GUJARATI, 2011).

Tabela 2: Estatística Descritiva: Correlação de Spearman

Variável	Perda	Bigbath	dummy pri_aud	dummy ult_aud	Bigfour	lnativo	end	varpib	roa
Perda	1								
Bigbath	0,480**	1							
dummy pri_aud	-0,017	-0,029	1						
dummy ult_aud	-0,028	0,003	-0,323**	1					
Bigfour	0,035	-0,038	0,028	-0,038	1				
lnativo	0,036	-0,008	-0,013	-0,015	0,526**	1			
end	0,027	-0,016	0,028	0,002	0,250**	0,424**	1		
varpib	-0,023	-0,047*	0,274**	0,227**	0	-0,038	-0,022	1	
roa	0,017	-0,144**	0,069**	0,009	0,296**	0,252**	0,085**	0,141**	1

Fonte: elaborada pela autora.

Nota: *, **, *** Significativo ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente; Esta Tabela contém os resultados das estatísticas descritivas, em que: $Perda_{it}$ = Reconhecimento da perda por impairment da empresa i no ano t . $Big Bath_i$ = Variável indicadora que assume valor 1 (um) se houve prejuízo da empresa i , e 0 (zero) caso contrário; $BigFour_i$ = variável indicadora que assume valor igual a 1 (um) quando a empresa foi auditada por uma Big Four e 0 (zero) caso contrário; $ln(Ativo Total)_i$ = Logaritmo do total de ativos da empresa i ; End_i = Grau de endividamento (passivo total dividido pelo patrimônio líquido) da empresa i ; ROA_i = Lucro ajustado (somatório do lucro líquido/prejuízo com o reconhecimento de perda por ativo recuperável) dividido pelo total de ativos da empresa i no ano t ; $DummyAno_i$ = Variável indicadora que assume valor 1 (um) se informação da empresa i é do ano t e valor 0 (zero) demais anos;

A variável *Big Bath* possui uma correlação positiva com a variável *Perda*, significando que a variável *Big Bath* aumenta quando há possibilidade de acontecer o reconhecimento de perda por teste de recuperabilidade por parte das empresas.

Já a variável *PIB* teve a correlação negativa com a variável *Big Bath*, ou seja, quando há um déficit na economia há um aumento no *Big Bath* e, quando a economia possui resultados positivos por meio do superávit, as chances de acontecer o *Big Bath* diminuem.

Segundo Stigler (1961) uma empresa, ao contratar uma *Big Four*, sinaliza para o mercado que a sua instituição está sendo analisada por auditores renomados de grandes corporações, melhorando a reputação da empresa no mercado. Desta forma, por meio da tabela de correlação, notou-se que as empresas que possuem maior porte (tamanho) são as que mais contratam serviços de auditoria independente da *Big Four*.

Watts e Zimmerman (1986) afirmam que companhias com nível de endividamento elevado tendem a escolhas contábeis que maximizem seus resultados, por isso, a variável *Endividamento* teve uma correlação positiva com a variável *Big Four*, ou seja, os gestores das empresas contratam as firmas de auditoria pertencentes a este grupo devido à expertise que esses auditores possuem.

Com relação à variável nativo, as variáveis que tiveram uma correlação positiva foram a variável Endividamento e a variável ROA.

Tabela 3: Estimativas do modelo

Perda	Coeficiente		Erro Padrão	Estatística z	P> z	Intervalo de Confiança (95%)	
	Beta	Razão de Chance					
bigbath	5,188	179,088	0,503	10,310	0,000***	4,201	6,175
dummypri_aud	-0,214	0,807	0,336	-0,640	0,525	-0,873	0,445
dummyult_aud	-0,567	0,567	0,409	-1,390	0,166	-1,369	0,235
dummybigfour	0,513	1,671	0,380	1,350	0,177	-0,231	1,258
lnativo	-0,049	0,953	0,067	-0,720	0,470	-0,181	0,083
end	0,020	1,020	0,030	0,650	0,514	-0,039	0,078
varpib	0,033	1,034	0,044	0,750	0,456	-0,054	0,120
roa	1,220	3,387	0,634	1,920	0,054*	-0,023	2,463
Constante	-2,322	0,098	0,958	-2,420	0,015**	-4,199	-0,444
Number of obs	2013						
LR chi2(22)	213,29						
Prob >chi2	0,000						
PseudoR2	0,2854						

Fonte: elaborada pela autora. Nota: *, **, *** Significativo ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente;

Ao realizar as estimativas do modelo, constando 2005 observações, chegou-se ao resultado de 1% de confiança de que a variável *Big Bath* é significativa. Isto significa que a hipótese 1 é aceitável. Desta forma, confirma-se a hipótese 1 desta pesquisa na qual as empresas que possuem prejuízos têm maior probabilidade de reconhecer a perda por *impairment*.

Todavia, a hipótese 2 desmembrada em a e b não foi significativa, rejeitando-se essa hipótese pois, diferentemente do contexto chinês, de acordo com Lennox, Wu e Zhang (2016) quando num ambiente de maior monitoramento as firmas de auditoria podem influenciar no *impairment test* no âmbito nacional, mas isto não foi comprovado.

Nas variáveis de controle, somente a variável ROA foi significativa com resultado positivo, com nível de 10% de confiança, representando que realmente a performance tem uma influência sobre o teste de recuperabilidade de ativos, isto é, que o reconhecimento da perda é elaborado e publicado por meio dos gerenciamentos de resultados das empresas. Quanto maior o valor do ROA mis chances a empresa tem de reconhecer a perda por *impairment*.

Damasceno e Funchal (2015), e Vogt et al. (2016), citam o caso da Petrobrás que em 2015 e 2016 divulgou crescentes perdas por *impairment*, ajudando explicar a relevância de tais perdas para o mercado.

Embora o ano não tenha sido significativo, no aspecto setorial foi diferente, pois o nível observado foi de 5% de confiança nos setores: têxtil, construção civil, transportes e serviços, veículos e peças, alimentos e bebidas, enquanto os outros 20%, que representam os demais setores coletados por meio da base de dados e os setores restantes do Econômica caracterizados como “outros”, não atendem a nenhum dos setores citados acima. Exceto os setores de siderurgia e metalurgia que foram significantes a um nível de 10% de confiança.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo identificar os fatores responsáveis pela decisão de uma empresa brasileira em reconhecer a perda por *impairment*, no qual foram testados, especificadamente, fatores relacionados à performance e à auditoria.

Para que fosse possível a realização desta pesquisa foram coletados dados de empresas listadas no mercado de capital aberto brasileiro no período de 2010 a 2015, para poder mensurar a variável dependente.

Em relação ao *Big Bath* (ferramenta de gerenciamento de resultados) quando as empresas publicam prejuízos, elas acabam por reconhecer também a perda por *impairment* aumentando o valor deste prejuízo, como apontado pela literatura de Riedl (2004); Damasceno e Funchal (2015) e Vogt et al. (2016), enquanto a variável ROA demonstrou também a influência da performance sobre a publicação do teste *impairment* reconhecendo a perda.

Essa pesquisa traz implicações práticas para o mercado, pois a partir da estimativa de modelo os *stakeholders* e *shaholders* podem perceber que o *impairment test* não é publicado somente por determinações legais, porém quando a empresa já está com prejuízo este resultado é aumentado gerando mais prejuízo ainda, por meio do teste de recuperabilidade de ativos.

Com relação a economia, constatou-se também que em anos de déficit no PIB e a prática do *Big Bath* é maior em relação aos anos de superávit, ou seja, os gestores por meio de um cenário econômico negativo usam desta situação para gerenciar os resultados contábeis da empresa aumentando também o valor do prejuízo.

Desta forma, a partir dos resultados encontrados por este estudo, constatou-se que as empresas acabam por emitir suas demonstrações financeiras e econômicas utilizando da ferramenta estratégica de gerenciamento de resultados, ou seja, apresentando valores no qual os gestores da empresa tenham aprovado o resultado que será revelado para o mercado.

Sendo assim, para pesquisas futuras, sugere-se usar outras variáveis que possam ser influentes no reconhecimento de perdas por recuperabilidade de ativos e que possam explicar, também, o reconhecimento da perda por *impairment*.

REFERÊNCIAS

- ABUGHAZALEH, Maser M.; AL-HARES, Osama M.; ROBERTS, Clare. Accounting Discretion in Goodwill Impairments: UK Evidence. **Journal of International Management and Accounting**, Dundee-Escócia, v. 22, n. 3, p. 165-204, set/dez 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-646X.2011.01049.x/full>>. Acesso em: dez. 2016.
- ALVES, Sandra. The Association Between Goodwill Impairment and Discretionary Accruals: Portuguese Evidence. **Journal of Accounting, Business and Management**, v. 20, n. 2, p. 84-98, out. 2013. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=aaa16015-f53a-45a8-98be-a4f415c9da77%40sessionmgr4008&vid=1&hid=4101>>. Acesso em: dez. 2016.
- ARCHAMBAULT, Jeffrey J.; ARCHAMBAULT, Marie E. A multinational test of determinants of corporate disclosure. **The International Journal of Accounting**, v. 38, p. 173-194, 2003. Disponível em: <<http://library.manhesabdaram.com/uploads/paperfile/paperfile-1421579272.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.
- AZEVEDO, Felipe Bressanelli; COSTA, Fábio Moraes da. Efeito da Troca de Firma de Auditoria no Gerenciamento de Resultados das Companhias Abertas Brasileiras. **Revista de Administração da Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 65-100, set/out 2012. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=7&sid=225e16a8-1f39-406f-a16f-463d64b04d1d%40sessionmgr103>>. Acesso em: jun. 2017.
- BRASIL. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: jun. 2017.
- _____. **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em: fev. 2016.

_____. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 01 (R1)**. Disponível em:

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos>

Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>. Acesso em: fev. 2016.

_____. **Lei nº 6.404/76**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: fev. 2016.

_____. **Lei nº 11.638/2007**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: fev. 2016.

BRITO, Ricardo D.; PERES, Eduardo P. Uma auditoria confiável adiciona valor? **Brazilian Business Review**, Vitória – Es, v. 3, n. 2, p. 207-228 jul/dez 2006. Disponível em:

<http://www.bbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod_artigo=290>. Acesso em: jun. 2016.

CHEN, Shimin; WANG, Yuetang; ZHAO, Ziye. Regulatory Incentives for Earnings Management through Asset Impairment reversal in China. **Journal of Accounting, Auditing and Finance**, v. 1, p. 589-620, 2009. Disponível em:

<<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/pasta+disserta%C3%A7%C3%A3o/155c5630cbb4f49e?projector=1>>. Acesso em: mar. 2016.

CUNHA, Paulo Roberto da; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. Procedimentos de Auditoria Utilizados pelas Empresas de Auditoria Independente Estabelecidas em Santa Catarina. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo – RS, v. 3, n. 1, p. 53-62, jan/abr 2006. Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/5956>>. Acesso em: nov. 2016.

/DAMASCENO, Felipe Storch; FUNCHAL, Bruno. Valuing the Impairment Reverse Loss Effect on Firm's Debit Financing. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS – ANPCONT, 9., 2015, Curitiba-PR. **Anais...** Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/files/2015-05/mfc071.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

DUH, Rong-Ruey; LEE, Wen-Chih; LIN, Ching-Chieh. Reversing an impairment loss and earnings management: The role of corporate governance. **The International Journal of Accounting**, v. 44, p. 113-137, 2009. Disponível em:

<<http://library.manhesabdaram.com/uploads/paperfile/paperfile-1420283692.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

GRECCO, Marta Cristina Pelucio. O Efeito da convergência Brasileira às *IFRS* no gerenciamento de resultados das empresas abertas brasileiras não financeiras. **Brazilian Business Review**, Vitória – Es, v. 10, n. 4, p. 117-140, dez. 2013. Disponível em:

<http://www.bbronline.com/artigos.asp?sessao=ready&cod_artigo=1345>. Acesso: nov. 2016.

IAS 36 – **Impairment of Assets**. Disponível em:

<<http://www.iasplus.com/en/standards/ias/ias36>>. Acesso em: fev. 2016.

JORDAN, Charles E.; CLARK, Stanley J. Big Bath Earnings Management: The Case of Goodwill Impairment Under SFAS Nº 142. **Journal of Applied Business Research**, v. 20, n. 2, p.63 – 70, 2004. Disponível em:

<<http://cluteinstitute.com/ojs/index.php/JABR/article/view/2206>>. Acesso em: out. 2016.

_____. Do New CEOs Practice Big Bath Earnings Management Via Goodwill Impairments? **Journal of Accounting e Finance**, v. 15, n 7, p. 11-21, 2015. Disponível em:

<<http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=7&sid=2c039bfb-cd4f-4374-b272-2783f2ce3f1d%40sessionmgr4007&hid=4107&bdata=Jmxhbmc9cHQtYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#AN=115753138&db=bth>>. Acesso em: dez. 2016.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento de Resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas e após adoção das IFRS. **Anais: VI Congresso Anpcont**, Rio de Janeiro – RJ, 2012. Disponível em:

<<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/vi/images/cue%2038.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

LENNOX, Clive; WU, Xi; ZHANG, Tianyu. The effect of audit adjustments on earnings quality: Evidence from China. **Journal of Accounting and Economics**, v. 61, n. 2-3, p. 545-562, abr/mai 2016. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410115000609>>. Acesso em: nov. 2016.

MACHADO, Esmael Almeida et al. Evidências de Disclosure de Valor Recuperável de Ativos em Firms Listadas no Mercado Acionário Brasileiro. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 9, n. 1, p. 86-103, jan/mar. 2013. Disponível em:

<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2899>>. Acesso em: mar. 2016.

MARTINEZ, Antônio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis Departamento de Contabilidade e Atuaria Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. Gerenciamento de resultados no Brasil: um *survey* da literatura **Brazilian Business Review**, Vitória – Es, v. 10, n. 4, p. 1 – 31, out/dez 2013. Disponível em:

<http://www.bbronline.com.br/artigos.asp?sessao=ready&cod_artigo=1626>. Acesso: jun. 2016.

MAZZIONI, Sady; et al. Fatores Determinantes na Evidenciação da Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment Test*) em Empresas Listadas na BM&F Bovespa. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo – RS, v. 1, p. 276-291, out/dez /2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3372/337232942002/>>. Acesso em: fev. 2016.

NAGY, Albert L. Mandatory Audit Firm Turnover, Financial Report Quality, and the Client Bargaining Power: The Case of Arthur Andersen. **Accounting Horizons**, v. 19, n. 2, p. 51-68, jun. 2005. Disponível em: <<http://aaapubs.org/doi/abs/10.2308/acch.2005.19.2.51?code=aaan-site&journalCode=acch>>. Acesso em: jun. 2017.

NARDI, Paula Carolina Ciampaglia; et al. A Relação entre Gerenciamento de Resultados Contábeis e o Custo de Capital de Companhias Abertas Brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 5, n. 4, p. 06-26, out/ dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/pdf/1170/117012556002.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. Rodízio de Firms de Auditoria: a experiência brasileira e as conclusões do mercado. **Revista de Contabilidade e Finanças da USP**, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 91-100, set/dez 2007.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34246>>. Acesso em: jul. 2016.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; et al. Práticas de Divulgação do Teste de Redução ao Valor Recuperável de Ativos Pelas Companhias Abertas Listadas na BM&F Bovespa. **Revista**

Contabilidade Vista e Revista – UFMG, Belo Horizonte – MG, v. 22, n. 4, p. 113-144, out/dez 2012. Disponível em:
<revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/download/.../pdf_>.
Acesso em: mar. 2016.

RENNEKAMP, Kristina; RUPAR, Kathy K; SEYBERT, Nicholas. Impaired Judgement: The Effects of Asset Impairment Reversibility and Cognitive Dissonance on Future Investment. **The Accounting Review**, v. 90, n. 2, p. 739-759, 2015. Disponível em:
<<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=de727a29-33ca-4567-80f1-401dfdcdb570c%40sessionmgr106&vid=6&hid=124>>. Acesso em: mar. 2016.

RIEDL, Edward J. An examination of long-lived asset impairments. **The Accounting Review**, v. 79, n. 3, p. 823-852, 2004. Disponível em:
<<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=7cc3bda3-4226-439b-a66e-440bdeaf3ee2%40sessionmgr103&vid=4&hid=124>>. Acesso em: dez. 2016.

SANTOS, Anderson Clivatti dos; et al. Auditoria Independente: um estudo dos pareceres emitidos sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras listadas na Bovespa e na Nyse. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 5, n. 4, p. 44-62, out/dez 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1170/117012556005.pdf>>. Acesso em: jul. 2016.

SANTOS, Odilanei Moraes dos; SANTOS, Ariovaldo dos; SILVA, Paula Danyelle Almeida da. Reconhecimento de perdas para a redução ao valor recuperável de ativos: *impairment* em ativos de exploração e produção de petróleo. **Brazilian Business Review**, Vitória – ES, v.8, n. 2, p. 68-95, abr/jun 2011. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/pdf/1230/123018559004.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

SILVA, Júlio Orestes da; BEZERRA, Francisco Antônio. Análise do Gerenciamento de Resultados e o Rodízio das Firmas de Auditoria nas Empresas de Capital Aberto. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 12, n. 36, p. 304-321, jul/set 2010. Disponível em:
<<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=5&sid=225e16a8-1f39-406f-a16f-463d64b04d1d%40sessionmgr103>>. Acesso em: jun. 2017.

SOUZA, Maria Melo de; et al. Perda no Valor Recuperável de Ativos: Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação das Empresas de Capital Aberto Brasileira. **Revista Universo Contábil**, Blumenau – SC, v. 11, n. 2, p. 06-24, abr/jun. 2015. Disponível em:
<<http://gorila.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/3872>>. Acesso em: fev. 2016.

STIGLER, George J. The Economics of Information. **The Journal of Political Economy**, v. LXIX, n. 3, p. 213-225, jun. 1961. Disponível em:
<<http://home.uchicago.edu/~vlima/courses/econ200/spring01/stigler.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves; et al. Um Estudo sobre o Nível de Conformidade dois Setores Classificados pela Bovespa com CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **Revista Sociedade Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 1, p. 79-95, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/view/810>>. Acesso em: fev. 2016.

TONIN, Joyce Menezes da Fonseca; COLAUTO, Romualdo Douglas. Relação entre *Income Smoothing* e *Ratings* em Companhias Brasileiras de Capital Aberto. **Revista de Contabilidade Vista e Revista – UFMG**, Belo Horizonte – MG, v. 26, n. 1, p. 104-122, jan/abr 2015. Disponível em:

<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/2878/pdf_94>. Acesso em: jun. 2016>.

TROTTIER, Kim. The Effect of Reversibility on a Manager's Decision to Record Asset Impairments. **Accounting Perspectives**, v. 12, n. 1, p. 1-22, mar/jun. 2013. Disponível em: <<http://web.a.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=07175a55-98e8-4f51-af3c-5e8bbca1d683%40sessionmgr4006&vid=1&hid=4201>>. Acesso em: dez. 2016.

ULIANO, André Luiz Poli; DONÁ, Andrea Lucia; GONÇALVES, Marguit Neumann. Disclosure da Perda por *Impairment* Aplicado ao Ativo Imobilizado: análise nas companhias do IBrX-50. **Revista Enfoque Reflexão Contábil**, UEM-Paraná, v. 33, n. 1, p. 01-18, jan/abr 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/21557>>. Acesso em: mar. 2016.

VOGT, Mara et al. Determinantes do Reconhecimento das Perdas por *Impairment do Good Will*. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 27, n. 72, p. 349-362, set/out/nov/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/rcf/article/view/121494/118384>>. Acesso em: out. 2016.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. **Positive accounting theory**, New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

ZANG, Yoonseok. Discretionary Behavior with Respect to the Adoption of SFAS 142 and Behavior of Security Prices. **Review of Accounting and Finance**, v. 7, n. 1, p. 38-68, 2008. Disponível em: <https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?article=1167&context=soa_research>. Acesso em: dez. 2016.

ZUCCA, Linda J. CAMPBELL, David R. A Closer look at Discretionary Writedowns of Impaired Assets. **Accounting Horizons**, v. 6, n. 3, p. 30-41, set. 1992. Disponível em: <<http://search.proquest.com/openview/febe91c4f658d922b38c930f0f8b7016/1?pq-origsite=gscholar>>. Acesso em: dez. 2016.